



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 251 - DE 9 A 23 DE DEZEMBRO DE 2002 - R\$ 1,00

Os encontros de Lula com os órgãos do imperialismo (Bird e FMI)

A proposta de Previdência Única do PT

o programa da Fome Zero de Lula

- **Não ao apoio ao governo Lula**
- **Não ao pacto social**
- **Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto**
- **Que o governo atenda as reivindicações das massas e cumpra suas promessas de campanha**

O aumento da inflação e o arrocho salarial

Ao lado do Iraque contra o imperialismo:

Fora com a resolução da ONU, marionete do imperialismo!

Em defesa da autodeterminação do Iraque contra a ingerência norte-americana

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Aumenta o número de demissões em todo o Mundo

Como já vínhamos indicando a crise estrutural mundial de superprodução já demonstrou seus efeitos não somente nos países de economia atrasada (semicolônias), mas também abalou as próprias entranhas dos países imperialistas. São reflexos disto as demissões do Secretário do Tesouro norte-americano Paul O'Neill e do conselheiro para assuntos econômicos Lawrence Lindsey, no dia 6 de dezembro, logo após a divulgação do aumento da taxa de desemprego em novembro. O departamento do Trabalho dos EUA informou que houve queda de 40 mil vagas em novembro, ou seja, o nível de desemprego chega a 6%.

Na Alemanha a mesma situação

O desemprego na Alemanha se encontra numa situação crônica, depois de uma taxa de desemprego de 9,4% em outubro, esta subiu para 9,7% em novembro. É o nível mais elevado em 4 anos. O número de desempregados aumentou em novembro para 35 mil trabalhadores, somando-se aos já existentes 4,16 milhões de desempregados no país.

O Mesmo na Itália

A Fiat italiana deverá demitir em 9 de dezembro cerca de 5,2 mil operários. Com isto o número total de demissões na maior empregadora de trabalhadores italiana atingirá 8,1 mil operários.

Na França se partiu para a Luta

No final de novembro os servidores públicos franceses cruzaram os braços, para pressionar o governo a dar melhorias salariais, a conceder benefícios para a aposentadoria e principalmente suspender os planos de privatização do governo. Participaram do movimento: funcionários do serviço postal, dos transportes, dos hospitais, de empresas públicas de abastecimento e de fornecimento de água e energia elétrica além dos controladores de tráfego aéreo.

A tendência é mundial

Como podemos ver, a tendência de desemprego é mundial e atinge de uma forma drástica a vida dos países semicoloniais. Um exemplo disto se deu na SAAB, unidade da General Motors, informou que demitirá 20% de seus funcionários, ou seja,

1,3 mil funcionários (800 operários, 450 engenheiros e 50 da administração).

Na Ford ocorre o mesmo

Iniciou-se na Unidade de São Bernardo do Campo (SP), com duração até 11 de dezembro, um Programa de Demissões Voluntárias (o maldito PDV), a empresa argumenta que é para tornar a unidade mais competitiva. Ao mesmo tempo em que isto ocorre, ela informa os números recordes de produção na unidade de Camaçari (BA) onde o novo Fiesta atingiu 50 mil unidades produzidas em apenas 6 meses, sendo que cerca de 14 mil foram destinadas a exportação.

Enquanto isso a exportação das montadoras cresce

Este quadro de reestruturação, demissões, terceirização, PDV etc. está ocorrendo em todo o setor das montadoras, isso sua exportação cresce. Os dados da Secretaria do Comércio Exterior (Secex) comprovam que, em outubro, o total de veículos no exterior pela Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford cresceu 16,7% rendendo para as empresas 229,2 milhões de dólares.

Esta contradição também existe nas Autopeças

O setor teve alta nas exportações (3,5% até setembro), e no faturamento (8,1% em outubro) recuperando as perdas anteriores. No entanto nos últimos dois meses as demissões chegaram a 1,5 mil operários e o sindicato patronal Sindipeças afirma que os corte vão continuar.

Resistir com todas as nossas forças

Se, de um lado, vemos a patronal atacando seriamente a vida dos trabalhadores, por outro lado as direções conciliadoras do movimento operário não movem uma palha para defender os interesses dos trabalhadores. Ao contrário, buscam iludir os trabalhadores no sentido de que poderão fazer acordos melhores com os patrões, incentivados pela eleição de Lula e seu pacto social.

A classe operária tem de ficar atenta a mais este canto de sereia. É necessário organizar nossa força para enfrentar esta situação. É preciso combater os pelegos, expulsando-os dos sindicatos, construindo as comissões de fábrica, comitês de luta, inter-fábricas etc.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Conseqüências da terceirização

Os funcionários responsáveis pela limpeza da PUC vêm reclamando do aumento da exploração. Começou com a terceirização, que é uma tortura. Depois vieram também novos problemas como a forte fiscalização e outros como a distância do cartão de ponto e o uniforme "muito quente".

A terceirização é um método que muitas empresas e indústrias usam hoje, com o objetivo de cortar gastos. E também uma forma de dividir os trabalhadores, dificultar sua organização e as lutas, para sim melhor escravizá-los.

Com a terceirização, que é a contratação de funcionários de

uma empresa que só presta este tipo de serviço, os trabalhadores recebem menos, não têm todos os direitos trabalhistas, estão à mercê de transferências e são demitidos sem maiores problemas para o empregador.

A fiscalização cresce sobre os funcionários para que produzam além de suas condições. Tudo isso têm vivido os trabalhadores de limpeza da PUC. Em palavras, a Igreja e a administração da universidade falam em justiça, direitos, cidadania etc. No entanto, adotam a contratação pela via da terceirização. Está colocada a reivindicação de fim da terceirização e contratação direta dos trabalhadores da limpeza.

Como se posicionar diante do governo PT/Lula e seu pacto social

"Pactuar consenso"

O primeiro pronunciamento do governo PT/Lula, antes mesmo de tomar posse, destinou-se a apresentar o programa Fome Zero e a estratégia de pacto social. Para isso, reuniu as mais poderosas associações empresariais e representantes das Centrais sindicais. Quanto ao programa Fome Zero não passou das metas assistencialistas burguesas.

O fundamental do pronunciamento foi o pacto social. Desde a campanha eleitoral, Lula se colocou como um governo de negociação entre as classes sociais, setores e segmentos. Segundo o PT, essa marca o diferenciaria dos governos anteriores. Está aí o sentido de um governo voltado a resolver os choques de interesses e os antagonismos de classe por meio de acordos tidos como consensuais. É o que tem se denominado de "pactuar consensos".

A CUT diante do pacto

A burocracia sindical, tendo à frente a direção da CUT, não tardou em agir favoravelmente a essa estratégia. O objetivo das lideranças é o de dar uma base de apoio operário e popular ao novo governo. Deixam transparecer a posição de que tal apoio permitiria uma governabilidade positiva aos explorados e que possibilitaria a Lula enfrentar as pres-



Lula e o presidente do BIRD.

sões da direita opositora. Partem da análise de que houve a quebra da "hegemonia conservadora", que não permitia fazer reformas populares e que governava apenas para os interesses restritos da oligarquia. Dizem que o governo PT/Lula começa uma nova fase com apoio popular e voltado a solucionar os grandes problemas do país. Assim, é preciso construir uma nova hegemonia com apoio popular.

Frente a diretriz de pacto social, a burocracia manobra com o argumento de que é preciso atender ao chamado do governo para as negociações. Segundo esse raciocínio, a Central estaria atuando junto às forças empresariais e governamentais para obter vantagens aos trabalhadores por meio de negociações no interior do Estado. Participaria do jogo de pressão entre o capital e o traba-

lho para se chegar a consensos. E o que não for consenso não se aceitaria e a Central manteria a pressão.

A qualificação de "independência responsável" emitida pelo presidente da CUT expressa essa manobra, que tem por função obscurecer a mecânica de classes da política de pacto social e o caráter de classe do governo Lula.

Um pacto antecipado

O governo PT/Lula nasceu apoiado em pactos com setores da burguesia. A aliança eleitoral com o PL e os apoios de setores oligárquicos no 2º turno expressam um pacto burguês. Tal aproximação e compromissos foram possíveis porque o PT/Lula assumiu um programa de governo pró-capitalista e de negociação pró-imperialista.

O apoio político e material de grupos capitalistas foi decisivo para que Lula tivesse uma campanha eleitoral riquíssima e resguardada de ataques dos adversários. Mas para ser admitido pelo conjunto da burguesia como um futuro administrador dos interesses do capital teve de selar um pacto de governabilidade. Foi o compromisso de respeitar os contratos, acordos, tratados e manter os aspectos essenciais da diretriz econômica traçada pelo FMI. Por si só, esse compromisso representa um pacto do novo governo com as forças mais poderosas

do capital, portanto, nos termos da burocracia sindical, um compromisso com a "hegemonia conservadora".

A capitulação inicial do governo dito democrático e popular indica seus limites e contradições. Não poderá afetar os interesses do capital monopolista e financeiro. E terá de governar segundo suas exigências. Os conflitos e crises que virão à tona terão de ser administrados em favor da acumulação capitalista e da sustentação do parasitismo financeiro.

O governo "democrático e popular" de Lula terá de cumprir a função de governo burguês. Seu conteúdo de classe é capitalista. O pacto social proposto corresponde a essa função.

O conteúdo social do pacto de Lula

O pacto social é uma política de colaboração entre exploradores e explorados. A colaboração se opõe à luta de classes. Pressupõe amortecer a contradição entre capital e trabalho, substituindo a luta do proletariado por suas reivindicações pelas negociações consensuais.

O pacto social é uma política da burguesia dirigida ao proletariado e não o contrário. Ela é lançada justamente nas situações em que a crise capitalista se

agrava e a luta de classes tende a colocar o proletariado como força social antagonista ao Estado burguês. A burguesia necessita descarregar a crise sobre os explorados.

O pacto social serve para impor a renúncia do plano de reivindicações dos assalariados, dividir suas forças, negociar corporativamente as perdas trabalhistas e manter as organizações das massas atreladas ao governo burguês. Não por acaso a reforma da Previdência é o primeiro item de governabilidade do PT. Será feita nos moldes previstos no acordo com o FMI.

É falsa a suposição que um pacto social pode favorecer tanto a classe capitalista quanto a classe operária, dependendo do jogo de pressão nas negociações. Os capitalistas não concederam nenhuma medida que reduza seus lucros e que amenize a exploração do trabalho.

Combater o pacto com a luta de classes

É com a luta de classes que o proletariado resiste aos ataques do capital e conquista posição de força política, ideológica e organizativa frente à classe dominante.

Luta de classes é a política do proletariado; pacto social é a política da burguesia para esmagar os explorados.

É fundamental se opor à posição da burocracia sindical de apoio ao governo PT/Lula e ao seu pacto social. Trata-se de defender a independência da CUT, as reivindicações dos trabalhadores e o método da luta de classe.

A crise capitalista vai se manifestar com mais intensidade ainda no próximo período. Duas posições estarão em confronto: a do governo Lula, que combinará ações em torno do pacto com repressão aos movimentos. E a do proletariado que terá de se defender diante do aumento da exploração e recorrer à luta de classes.

Cabe ao setor mais avançado dos explorados travar o combate contra a submissão das organizações operárias ao pacto e sua colaboração com medidas repressivas do governo. Organizar a partir dos locais de trabalho e moradia as assembleias operárias e populares, constituindo os comitês de defesa da vida dos trabalhadores contra a fome e a miséria. Atuar em torno da tarefa de unir os operários e camponeses num só movimento contra o imperialismo e o conjunto da classe capitalista.

As exigências do PSTU para apoiar o governo Lula

A imprensa noticiou que o PSTU enviou uma carta a Lula colocando suas condições para apoiar seu governo. Algumas das exigências: salário mínimo de 100 dólares, proibição de demissões, redução da jornada de trabalho para 36 horas, reforma agrária controlada pelos sem-terra, retirada do Brasil das negociações da Alca e não pacto social.

O PSTU emite essa carta depois de ter chamado o voto no PT/Lula, no 2º turno. Sabia que o programa de governo de Lula previa o pacto e continha elementos da diretriz econômico-financeira ditada pelo FMI. Assim mesmo, decidiu pelo apoio eleitoral a um governo claramente adaptado ao capitalismo, ao seu Estado e assimilado pela burguesia.

A carta que agora envia a Lula condi-

cionando o apoio do PSTU a seu governo soa hipócrita e manobrista. Mas o que chama atenção é o PSTU reivindicar do PT/Lula a aplicação do salário mínimo de 100 dólares, que equivale a R\$350,00. A discussão do governo Lula sobre o reajuste do salário mínimo tem como teto R\$240,00. O PSTU está exigindo não o salário mínimo que José Maria defendeu em sua campanha eleitoral, baseado nos cálculos do Dieese, mas sim de apenas R\$350,00. Esse valor continuaria matando de fome. Milhões de trabalhadores já ganham próximo desse valor e estão empobrecidos até os ossos.

Uma política operária jamais defenderá um salário mínimo que mantenha a miséria e não usará o argumento de reajuste gradual do salário mínimo. A defesa do salário mínimo real é a única forma

de combater a fome sob o capitalismo e fortalecer a luta das massas exploradas contra a classe capitalista, para finalmente derrubá-la pela via da revolução proletária.

Não se trata de manobrar acenando apoio a um governo claramente submetido ao grande capital, propondo condições e rebaixando as reivindicações mais vitais dos explorados. Trata-se de caracterizar o governo PT/Lula como um governo burguês, de pacto social e de traição as aspirações da população oprimida que o elegeu. Estabelecer sem rodeios uma oposição revolucionária e trabalhar em defesa do conjunto das reivindicações, entre as quais o salário mínimo deve corresponder às necessidades calculadas pelos trabalhadores em suas assembleias.

Reforma petista da Previdência: proteção do capital e sacrifício do trabalho

A primeira medida que o PT irá tomar como governo é a de continuar a reforma da previdência. Essa prioridade é ditada pelos interesses dos credores internacionais e dos exploradores nacionais. Mais uma vez se descarregará a crise capitalista e, particularmente, a crise do endividamento sobre a maioria que trabalha.

Se a situação de opressão sobre a maior parte dos aposentados, que ganha até um salário mínimo, é insuportável, com as novas medidas se aumentará o contingente de pobres e miseráveis.

Com o argumento de justiça e fim de privilégios, o governo de Lula jogará os servidores públicos nas condições precárias do sistema INSS. Consolidará a privatização do sistema de aposentadoria por meio do critério de complementaridade. A maioria assalariada continuará na vala comum de um a três salários mínimos nominais, ou seja, de fome. Os parasitas, como juízes, parlamentares, ministros, alta patente militar etc resolverão o problema com a complementação.

A noção de justiça e igualdade do PT é a que corresponde ao conteúdo capitalista da exploração do trabalho. Manter os miseráveis na condição de miseráveis e rebaixar os pobres à condição dos miseráveis. O governo petista sequer segue o preceito do reformismo burguês de elevar os miseráveis à condição de pobres.

O sistema único de previdência, acompanhado por um teto que exige complementação privada, pela minoria que pode pagar, baseado no salário mínimo nominal, que abarca a maioria, mantido por um regime que alonga o tempo para se aposentar, constitui a forma eficaz do capitalismo de economizar recursos para a sua acumulação e sacrificar o trabalhador durante toda sua vida e na velhice.

É dever do movimento operário e popular se levantar contra essa barbárie.

Argumento petista em defesa do critério capitalista da Previdência

O governo PT/Lula, antes de tomar



posse, já havia concordado com a exigência do Fundo Monetário Internacional de ir mais fundo na reforma da Previdência. Assumiu o compromisso de ampliar a Previdência privada (complementar) e reduzir os gastos com a previdência estatal. Utilizou os mesmos argumentos de FHC de que essa medida fortalece o "mercado interno futuro" e é "fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país". Também concordou que os capitalistas arcam com uma alíquota alta. Chegou a dizer que "o peso da contribuição dos empregadores (20% sobre a folha de pagamento) é um elemento de redução da competitividade dos produtos brasileiros e um incentivo à falta de registro formal do trabalhador". Esses argumentos são de defesa do capital contra o trabalho. A reforma previdenciária do PT será continuidade da de FHC.

A reforma iniciada por FHC corresponde aos interesses do imperialismo

O FMI, que ditou e dita as regras para os países capitalistas atrasados, impôs ao governo brasileiro as reformas neoliberais, entre elas a da Previdência. O objetivo é o de desonerar o Estado da responsabilidade de manutenção da previdência. O sistema previdenciário, embora bastante precarizado pelos brutais cortes de recursos, passaria a ser objeto de mercantilização mais contundente. Visa, com isso, a favorecer as empresas privadas e o capital financeiro internacional.

A fase inicial da reforma da Previdência foi aprovada em 1998, constituindo em um violento ataque ao conjunto

dos trabalhadores. Esta eliminou a aposentadoria por tempo de serviço e criou o critério da combinação entre tempo de serviço e tempo de contribuição. Elevou a idade para se aposentar (60 para homens e 55 para mulheres) e determinou a obrigatoriedade de ajustar a idade com o tempo de contribuição. Deu impulso à previdência complementar. Quebrou a estabilidade do funcionalismo com a possibilidade de demitir pelo mecanismo de "insuficiência de desempenho". A implementação dessa reforma pró-imperialista permitiu ao governo FHC continuar honrando os acordos com o FMI de pagamento da volumosa dívida externa.

Por outro lado, essa mudança na Previdência foi aprovada sem que os sindicatos, CUT e PT organizassem a luta pela sua derrubada. Ao contrário, contou com a colaboração de Vicentinho (na época dirigente da CUT) nas negociações em torno do fim da aposentadoria por tempo de serviço.

O jogo governamental se apoiou nos argumentos de que a Previdência estava quebrada, que o trabalhador se aposentava muito cedo e que o funcionalismo tinha muitos privilégios. Por detrás estava a pressão do FMI para reduzir ao máximo o número de aposentados, manter o teto (valor máximo) e o salário mínimo no mais baixo patamar. FHC cumpriu todas as determinações e, mesmo assim, o FMI, para firmar novos contratos, exige mais cortes no sistema previdenciário.

A verdade sobre a quebra da Previdência

Não é de hoje que os governos vêm sucateando a Previdência estatal. O monumental déficit previdenciário, que atingiu 70 bilhões de reais, sendo 17 bilhões do INSS e 53 bilhões de reais da previdência dos servidores públicos, expõe a corrupção e os privilégios de uma extrema minoria de pessoas (parasitas do Estado e serviços da burguesia) que se aposentam com milionárias somas.

O rombo do sistema é de responsabilidade dos capitalistas e de seu governo. A grande maioria de aposentados recebe unicamente um salário mínimo. Sem dizer que quase 60% da população economicamente ativa sequer podem contribuir com a Previdência. Grande parte não tem carteira profissional assinada pelos empregadores. Essa massa de trabalhadores ocupada é vítima da denominada "modernização das relações trabalhistas", da "flexibilização", da terceirização e dos contratos temporários. A situação se agrava com o crescente desemprego e o trabalho informal. O número de contribuintes da Previdência vem reduzindo em função dos planos econômicos que são descarregados sobre os trabalhadores.

A aplicação da diretriz pró-imperialista e corrupção burguesa devastaram os cofres da previdência, submeteram os assalariados a uma aposentadoria de fome e expulsaram milhões de trabalhadores do acesso à aposentadoria.

O que fará o PT para completar a reforma de FHC

O governo PT/Lula dará seqüência

Fome Zero?

Representantes do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ofereceram apoio ao programa Fome Zero do governo PT/Lula. Juntas, as duas instituições anunciaram a soma de aproximadamente 26,5 bilhões de dólares. O que equivale a quase 100 bilhões de reais.

O Sr. James Wolfensohn elogiou o programa social de Lula com a consideração de que "há uma mudança na cultura brasileira no combate à pobreza e à fome". Ao lado dessa disposição, o porta-voz do Bird deixou o principal recado. O governo deve manter a responsabilidade fiscal e preservar a confiança no país pelos seus investidores, credores. A regra é essa: apoia-se o programa assistencial do Fome Zero e o governo mantém as diretrizes da política econômica traçada pelo FMI.

O fato de Lula ter se comprometido, no período eleitoral, com a manutenção dos contratos, acordos e metas superavi-

às medidas de aumento da taxa de exploração exigidas pelos credores internacionais. Pretende criar um único sistema previdenciário, apoiado num teto (discute-se de 10 a 20 salários mínimos), no incentivo à Previdência Complementar (privada) e na manutenção do miserável salário mínimo, que poderá chegar no máximo a R\$240,00.

O ponto central dessa reforma consiste em fixar o teto para os servidores públicos como o da previdência privada, hoje em torno de R\$1561,00, incentivar o funcionário a ter outro sistema complementar e manter a maioria com um salário extremamente baixo que impeça atingir o teto no momento da aposentadoria.

A inovação petista é a de pôr em funcionamento o que já havia sido determinado pela Constituição, ou seja, a gestão quadripartite, incluindo a representação do Estado, do trabalhador da ativa, dos aposentados e dos capitalistas.

Combater a reforma com a resposta operária e popular

A classe operária e todos os trabalhadores que dependem ou dependerão da Previdência devem rejeitar a reforma pe-

tista, bem como a de fazer uma transição apoiada no planejamento do governo FHC, estabeleceu-se um condicionamento político-administrativo ao novo governo. Não há como se tomar imediatamente qualquer medida transitória em defesa dos famintos.

Sobreveio um dos principais pontos causadores da fome. Milhões recebem de 1 a menos de 1 salário mínimo. O assistencialismo burguês procura justamente contornar e abafar essa contradição fundamental do sistema de exploração do trabalho. A pobreza e a miséria da maioria são geradas pela exploração e acumulação de capital.

O governo Lula deparou-se de chofre com o problema do reajuste do salário mínimo. Anunciou que as condições não permitem um reajuste acima de R\$240,00. O que significa manter a fonte geradora da fome. Uma política rigorosa de favorecimento da exploração do trabalho é uma exigência da burguesia e de

seus organismos internacionais.

tista que conclui a reforma neoliberal de FHC. Não aceitar mais esse ataque aos direitos trabalhistas. É preciso organizar o movimento de massa contra o conjunto das reformas que vêm de FHC e se prolongará no governo de Lula.

A burocracia sindical se encontra submetida ao governo do pacto social. Essa via é de fortalecimento do capital contra o trabalho.

Ao contrário, denunciamos o pacto dos exploradores e defendemos: 1) revogação da reforma previdenciária de FHC; 2) não implantação do continuísmo pela reforma petista; 3) constituição de um conselho operário e popular, eleito diretamente pela população, para fazer uma investigação sobre a situação real da Previdência, divulgar para todo o povo e apresentar soluções em favor do trabalho contra o capital; 5) que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário mínimo calculado segundo as necessidades reais de uma família; 6) que não se trabalhe mais do que 25 anos; 7) que o salário do aposentado corresponda ao salário integral da ativa; 8) que o valor do salário seja corrigido de acordo com a inflação, segundo o critério da escala móvel de reajuste salarial.

seus organismos internacionais.

Nesse mesmo sentido, está prevista a continuidade da reforma da Previdência, cujos fundamentos se assentam na manutenção do salário mínimo de fome e no aumento do tempo de vida dedicada à reprodução do capital.

Os trabalhadores não devem aceitar o assistencialismo burguês. Devem lutar por um salário mínimo calculado segundo as suas reais necessidades e não segundo às necessidades do capital. Um verdadeiro programa contra a fome começa pela defesa do salário mínimo real e do emprego a todos. A miséria e a fome são próprias do sistema capitalista de exploração do trabalho. O fim dessa chaga virá com o fim do capitalismo. Os programas assistencialistas não acabam com a fome e servem à política burguesa de manutenção da exploração. Contra a fome só há uma bandeira conseqüente: a da revolução proletária e da sociedade comunista.

Mercosul

Os primeiros sinais da política externa do governo petista

A viagem de Lula à Argentina e Chile teve como tema principal o Mercosul. O novo presidente expôs a intenção de reconstruir esse bloco econômico. Chegou ao ponto de defender uma integração estruturada sob um parlamento regido pelo voto popular. Tal extremo não passou de retórica. O próprio presidente petista reconheceu ser apenas um sonho para o futuro.

O fundamental está no objetivo de responder às pressões do imperialismo norte-americano, que encabeça o processo de constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). As metas do Mercosul já elaboradas terão de ter continuidade. Lula, na campanha eleitoral, qualificou a Alca, tal como estava e está sendo negociada, como uma anexação aos Estados Unidos. Mas agora que tem a missão governamental já não fala nos mesmos termos. Se falasse, teria de se colocar pela interrupção dos passos já dados e dos que estão previstos. Isso por que expressam as imposições norte-americanas, que de fato conduzem

à anexação.

Em sua viagem, o Mercosul foi colocado como um instrumento político para a continuidade das negociações em torno da Alca. Tudo indica que o PT segue a diplomacia deixada por FHC, que aspirava colocar o Brasil na liderança de um Mercosul ampliado e que, assim, reunisse um pouco de força para barganhar as perdas latino-americanas frente ao gigante imperialista. Foi essa impressão deixada pelo pronunciamento de Lula em torno da reconstrução do falido Mercosul.

No encontro com o governo Ricardo Lagos, procurou demonstrar as vantagens que teria o Chile perante os Estados Unidos estando cooperado no Mercosul. Esse arroubo, na verdade, é uma máscara que o governo petista tem de vestir para acobertar sua incapacidade de colocar a ruptura do Brasil com o projeto de anexação dos Estados Unidos sob a forma da Alca. Amanhã terá como justificar o continuísmo da Alca, tal como está sendo talhado pelo imperialismo, com o argumento de que não se pode isolar o

país.

O palavreado de negociar de igual para igual, muitas vezes pronunciado por Lula, não tem o menor efeito prático. Ou o Brasil se submete, juntamente com todas as semicolônias da América Latina, ou rompe com o imperialismo. É claro que a última hipótese é revolucionária. Não pode ser um ato de um governo eleito com o consentimento da burguesia e que, antes mesmo de ter vencido as eleições, se submeteu às exigências do capital financeiro internacional de cumprir todos os acordos e contratos.

Todos aqueles que se esforçaram e se comprometeram em colocar o PT/Lula no poder do Estado, tendo por objetivo uma política antiimperialista, ainda que não anticapitalista, não tardarão em ver o quanto estiveram iludidos. Fora da política proletária, que é revolucionária, não há qualquer chance de se combater a opressão imperialista e enfrentar os grandes problemas nacionais e sociais do capitalismo decadente.

O aumento da inflação tem de ser respondido com luta pelo reajuste salarial

A inflação saltou no mês de novembro para índices que variam de 3% a 5%, dependendo da base de cálculo. Sob qualquer critério, a inflação anual passa dos 10%. A aceleração dos preços concentrou-se em novembro, apesar da alta do dólar ter se iniciado em setembro. O fato é que os preços foram contidos até as eleições. A alta de novembro foi capitaneada pelo próprio governo, que puxou os preços dos combustíveis e energia para cima, o que teve repercussão em cadeia sobre a produção e comércio.

A desvalorização do real afeta principalmente os assalariados, que não têm como se proteger, pois os salários estão congelados ou, quando muito, são rea-

justados em índices menores que os da inflação. Tudo isso favorece os capitalistas, que ganham mais com as exportações e podem se proteger com os aumentos de preços, que não estão congelados.

As dívidas públicas se multiplicam com a desvalorização da moeda em relação ao dólar. E são ainda mais aceleradas com o aumento da inflação, que pressiona para cima os juros, bancados com dinheiro e endividamento públicos. Os bancos são os favorecidos, ao agirem como intermediários.

O aumento da inflação e dos juros diante da queda geral do poder aquisitivo é mais um elemento de agravamento da crise. O consumo é inibido e acentua as

tendências de queda que já se colocavam anteriormente. Os principais ramos da economia são os mais afetados, como o automobilístico, que já contava com retração de 20%.

A inflação pode não manter o ritmo de crescimento, pois expressa uma pressão anterior às eleições que tinha sido represada. O importante é que a classe operária e demais trabalhadores se organizem para enfrentar o confisco salarial, exigindo a reposição de todas as perdas e a escala móvel de salários e de horas de trabalho: para cada aumento de preços um aumento igual nos salários; divisão de todas as horas de trabalho disponível entre todos os trabalhadores aptos a trabalhar, e sem redução de salário.

Direção da ADUERN abandonou os professores a própria sorte

A direção petista da Aduern abandonou os professores a sua própria sorte. Os colegas sabiam que os descontos de salários viriam mas não se movimentaram. A idéia era que, como o desconto atingiria uma meia dúzia de professores, não havia como mobilizar a categoria. A direção estava derrotada antes de lutar.

A paralisação da terça, em setembro, mostrou a disposição de luta da categoria. A indisposição, o imobilismo e a paralisia partiu da direção do Sindicato. O movimento não teve continuidade. O recuo da categoria foi o incentivo à ofensiva do Reitor. O Boletim da Aduern de 25 de nov. não traz nenhuma proposta de discussão para a categoria de como enfrentar os descontos de salários. É uma direção sem proposta,

que não dirige.

Colegas de trabalho, somente a luta coletiva em ações diretas da categoria (manifestações, passeatas, greve, piquetes, ocupações, fechamento de portões etc) é capaz de vencer o Reitor dos Rosados (PMDB). A unificação com a comunidade universitária e os demais trabalhadores é a ferramenta impulsionadora do movimento. É preciso responder com igual força, é preciso lutar, é preciso infringir uma derrota política ao Reitor da burguesia para obrigá-lo a recuar.

Com este objetivo, o Partido Operário Revolucionário (POR) propõe para esta assembléia:

1. Desobediência coletiva ao "ponto": "ninguém assina e pronto!" - organizar um arrastão na hora do "ligeirinho" - Fora o

"ligeirinho"!

2. Unificação com os estudantes e funcionários em uma grande manifestação em frente a reitoria para denunciar as perseguições políticas;

3. Reposição imediata dos salários de todos os professores descontados - Abaixo a Resolução 023/2002;

4. Preparação da categoria para a decretação do fim do semestre antes da data oficial;

5. Retenção das cadernetas até a regularização dos salários de todos os professores;

6. Ônibus de graça para todos os estudantes;

7. Concurso público seletivo para regularizar a situação dos funcionários que ainda não são efetivos.

ADUERN nega-se a integrar comitê de luta

A direção da Aduern, hegemonia política do PT, levou a categoria, na Assembléia de 29/nov., a se posicionar contra a integração da Entidade ao Comitê de Luta Estudantil 13 de Novembro. A direção defendeu uma posição corporativista, diferenciando o movimento dos professores do movimento estudantil (M.E). Para poder aprovar sua posição, a direção manipulou a assembléia e vetou autoritariamente (pois não colocou sequer em votação em Plenário) o direito de falar como convidado aos estudantes do Comitê que foram à assembléia fazer o convite para a integração. Ao contrário da integração, a direção do Sindicato hostilizou a presença dos estudantes e colocou dúvidas a respeito de seus objetivos, insinuando interesses eleitoreiros em substituir a direção atual do DCE nas próximas eleições. Finalizou, acusando o Comitê de querer dividir o movimento estudantil. A direção do DCE, presente a assembléia, colaborou com as acusações, calando-se diante delas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) discorda veementemente da posição dos professores reformistas (PT), como também, repudia enormemente as suas atitudes. Entendemos que a unidade da comunidade universitária contra a burocracia universitária significa a união dos trabalhadores contra os representantes da burguesia na UERN. A única diferença existente é que enquanto o Comitê estu-

dantil prega a unidade entre os trabalhadores, a luta e ação coletivas direta (como o fechamento dos portões), a direção da Aduern é favorável ao isolamento corporativista e às respostas e réplicas intermináveis às negativas da Reitoria a pauta de reivindicações da categoria.

Deste modo, o POR não vê divisionismo no M.E. da UERN. Se a direção do DCE encaminhasse a luta coletiva dos estudantes por suas reivindicações, o Comitê não só não teria surgido como não teria crescido em influência. Agora, enquanto os burocratas encaminham réplicas, fazem identidades estudantis, dão entrevistas nos Jornais, etc., os lutadores encaminham o combate coletivo pelo atendimento imediato das reivindicações. Em todo caso, as divergências acerca dos rumos do movimento encabeçado pelo Comitê não podem constituir justificativas para a direção da Aduern impedir o direito de fala dos estudantes na assembléia. A direção não se opôs a proposta de que todos os estudantes presentes fossem considerados convidados, portanto, com direito livre a voz na assembléia. Porém, quando os estudantes requereram o direito de falar, a direção (PT) lembrou que a proposta não foi votada. Mas quem não a colocou em votação? A própria direção. E por que não colocou depois? A direção da Aduern, além de reformista e burocrática, com esta atitude, quer agregar a desonestidade política en-

tre suas características. A direção da Aduern não colocou em votação propositadamente para poder vetar a falação dos estudantes no momento em que lhe fosse oportuno. Portanto, os defensores da "cidadania" para os trabalhadores e da "ética", agiram conscientemente através da manipulação.

Em relação as eleições do DCE, o Comitê NUNCA teve ela em sua pauta de discussão. Não se constitui como um problema prático para o Comitê. O Comitê é para a luta e não para as eleições. Entretanto, podemos até discordar dos estudantes, mas consideramos como inteiramente legítima a possibilidade existir o anseio de um grupo, pertencente ao Comitê, querer ver a entidade representativa maior dos estudantes na luta direta por suas reivindicações. Podemos até discordar, mas este anseio é inteiramente digno porque não é com o objetivo de conciliar com o patrão, de aproveitar-se pessoalmente ou utilizá-las para galgar postos políticos nas instituições burguesas. O objetivo destes estudantes é o da luta e não o benefício próprio.

O problema, na verdade, é que o PT adequa-se cada vez mais a conciliação de classes (como a exemplo do Pacto Social nacional) ao invés de caminhar a luta. A construção de uma alternativa política às direções burocráticas das entidades é uma tarefa imprescindível para a conquista de nossas reivindicações.

A farsa das eleições democráticas para diretores de escola na capital de Rondônia

Publicamos a seguir boletim da Corrente Proletária

No dia 08/11/2002, o secretário municipal de educação, o vereador Mário Jorge (PDT), juntamente com a comissão organizadora do processo eleitoral, convoca todos os professores e atuais diretores municipais, para uma assembléia em que todos possam discutir o regulamento das eleições para diretores das escolas, que denominou de "gestão democrática". O secretário afirma que este regulamento está de acordo com os critérios de exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foi aprovado no Plano de Carreira Cargos e Salários dos Servidores (PCCS).

O SINTERO É CÚMPLICE DA SEMED NA FARSA DAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS

O sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), comparece na reunião do dia 08/11 e referenda todo processo eleitoral, determinado de cima para as escolas assumirem. A chamada "gestão democrática" que é uma farsa, já começa mostrando sua cara que não tem nada de democrática. O texto que regulamenta as eleições indica formalmente uma pseudo participação da comunidade escolar como pais, alunos e professores, mas já inicia limitando esta participação, na medida em que para esta primeira reunião foram convocados apenas funcionários, professores e equipe técnico-pedagógica das escolas para com menos de um mês ou seja, 05/12, as escolas darem conta de todo processo e realizarem as eleições. Desta forma, os pais já ficaram de fora do tal "processo democrático" para escolher os diretores das escolas profundamente comprometido. Tais atitudes revelam a centralização do processo articulada pela cúpula da SEMED, aliada à diretoria do sindicato (PT). Isso

mostra a manobra da falsa participação em que os pais só serão convocados numa reunião posterior nas escolas, só para serem comunicados que eles devem votar sem direito de serem votados, pois o pacote já vem pronto da Secretaria, tudo regulamentado, amarrado, para que todos legitimem o processo sem haver nenhuma discussão anterior com a comunidade.

Nas exigências para pleitear ao cargo de diretor numa escola de 1ª a 8ª série, o candidato tem que ter licenciatura, e para as escolas de ensino infantil de 1ª a 4ª série, é obrigatório o candidato ter formação em nível médio de magistério e ter 2 anos de serviço municipal e um ano de serviço na escola.

DA DEMAGOGIA BUROCRÁTICA À FARSA DA DEMOCRACIA

A democracia é tamanha que os candidatos mais votados farão parte de uma lista tríplice que será encaminhada à secretaria de educação, cujo diretor geral será indicado pelo prefeito. Mesmo constando assim ao regulamento, o secretário Mário Jorge diz "garantir" que a escolha vai "respeitar" o resultado da eleição, o mais votado será o diretor e os outros serão vice, isto conforme a tipologia da escola.

Está colocado aí o significado da farsa da democracia burguesa e pró burguesa. A SEMED/SINTERO impõe ditatorialmente os seus interesses sobre os trabalhadores, sob falsos conceitos de "participação e gestão democrática" da comunidade escolar. Que participação e democracia é essa? Participação como "amigo da escola", para cobrir déficit do corte de verbas, prestando serviços gratuitos, ou contribuindo com taxas e mutirões para fazer as escolas funcionarem sugando

sangue dos funcionários, professores e pais? Participação para referendarem candidaturas de diretores e estes fazerem das escolas comitês eleitorais para perpetuar os sangue sugas dos trabalhadores? Estes tentam implementar os projetos do imperialismo (Banco Mundial/FMI), que são de privatização do ensino público, do infantil ao superior, dentre outros setores. Para assegurar dentro das escolas projetos privatistas do ensino como o PDE, PROFA, Pró-Gestar, Pró-Gestão, Merenda na Escola etc. Uma reivindicação dos professores e funcionários das escolas em todo país, que é da escolha dos diretores, converte-se numa farsa burocrática e demagógica, que culmina no mesmo controle que a SEMED já mantém sobre as escolas, com propostas de ensino determinadas desde o Banco Mundial que culmina com um ensino memorístico e enfadonho, mutilador dos cérebros dos alunos e professores.

Lutar contra esses projetos e conquistar a escola democrática, significa lutar por um sistema único de ensino laico, gratuito e vinculado a produção social como forma de conquista do ensino autenticamente científico tendo o controle pedagógico e financeiro dos trabalhadores,

Aí sim, tal conquista consolidará a construção da verdadeira democracia nas escolas e em todos os recantos da sociedade, quando teremos a verdadeira liberdade de escrever, falar e fazer valer os direitos e interesses das maiorias, conquistadas estas, que só serão possíveis através de lutas orientadas por intermédio do método da ação direta próprios da classe operária, a única classe revolucionária capaz de manter de pé um programa revolucionário que dará conta da destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Posição da Corrente Proletária da Educação PUC/SP frente ao governo Lula

O boletim da Corrente Proletária, logo após a vitória eleitoral do PT, divulgou o seu boletim na PUC contendo a seguinte posição.

“As tarefas do movimento estudantil diante do governo Lula: o elemento central da política do futuro governo Lula é o chamado pacto social (...) que leva os trabalhadores a aceitarem perdas de direitos e aceitarem arrocho salarial, sem greve; leva o MST abrir mão das ocupa-

ções, em troca de reforma agrária pacífica (...) O movimento estudantil deve se colocar contra o pacto social de Lula. As organizações estudantis não devem apoiar o futuro governo Lula, que é um governo burguês, apoiado em frações do poder econômico e instrumento delas. Nem os sindicatos e a CUT, ou o MST, todos devem estar fora das negociações ao redor do pacto social”.

Como se vê, a Corrente Proletária, di-

rigida pelo POR, deixa claro a defesa da independência das organizações estudantis perante o novo governo e se coloca pela defesa das reivindicações por meio da ação direta.

O trabalho de construção da corrente estudantil na PUC/SP é fundamental para se traduzir a política operária de defesa do ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social.

O ENEB debateu o governo Lula mas não aprovou resoluções

O Encontro Nacional de Entidades de Base, chamado pelos setores de oposição à direção majoritária da UNE, se realizou em novembro contando com mais de mil inscritos, mas com cerca de 600 participantes efetivos. Esse encontro foi convocado pelas correntes petistas DS e Força Socialista, e pelo PSTU, diante da negativa da direção majoritária da UNE (PCdoB) em realizar um Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE).

A direção estalinista não se intimidou com a iniciativa e aprovou uma resolução em que enquadrava o encontro a um fórum não deliberativo e submetido às instâncias da UNE. Essa atitude desestimulou a esquerda petista, que não se empenhou para levar sua militância. O PSTU, ao contrário, viu no encontro uma oportunidade para fazer propaganda e pressão sobre a esquerda no sentido de sua proposta de frente de esquerda para o Congresso da UNE do ano que vem.

O encontro teve uma forma de organização que se centrava nos chamados painéis, em que figurões dos partidos apresentam os temas em discussão, e grupos de discussão, onde os estudantes podem opinar e discutir. Mas não livremente, pois os grupos tinham perguntas prévias a serem respondidas, para “nortear” a discussão, os grupos de conjuntura e Aica ocorreram simultaneamente e os grupos de movimento estudantil foram divididos por tema (democracia, cultura, organização, financiamento etc.). Havia ainda as chamadas oficinas de todo tipo, que ocorreram ao final de cada dia.

Nos painéis e grupos, a discussão cen-

tral era a respeito da caracterização do governo Lula, de como os movimentos deviam se portar diante dele, para onde caminharia. Colocaram-se três posições:

a) a da esquerda petista, que caracteriza o governo Lula como “dos movimentos sociais organizados”, o apóia e está disposta a limitar as reivindicações àquilo que o governo pode oferecer;

b) a do PSTU, que é bem confusa e por isso seus militantes se expressavam ora mais à esquerda ora mais à direita que ela: o governo Lula é capitalista, mas pode ser pressionado para ficar ao lado dos trabalhadores. Assim, formula uma política de pressão sobre o governo para trazê-lo para a esquerda. Nas falas dos militantes, ouvia-se desde uma caracterização de que o governo Lula está “em disputa” até a rejeição a ele. Opõe-se ao pacto social, mas não formula a não participação das organizações de massa nas negociações.

c) a do POR, que caracteriza o governo como burguês, que não deve ter o apoio das organizações de massa, e que rechaça o pacto social e a participação em suas negociações. Defende que as organizações de massa não rebaixem as reivindicações e exijam seu atendimento pelo novo governo.

Quanto à universidade, vimos também três posições:

a) a da esquerda petista: ampliação de vagas nas públicas, preservação do ensino pago;

b) a do PSTU: ampliação de vagas nas públicas, estatização das particulares que aumentem abusivamente;

c) a do POR: ensino público e gratuito

para todos, estatização de todo ensino pago sob controle da comunidade.

Quanto ao movimento estudantil, vimos que a esquerda e o PSTU não conseguem estabelecer a ligação entre o burocratismo do PCdoB e sua política de conciliação de classes. As esquerdas criticam o burocratismo do PCdoB mas são incapazes de criticar sua política. Justamente pelo fato de que se aproximam dela, divergindo em aspectos secundários, táticos. Apenas o POR mostra que há uma relação indissolúvel entre a política e a democracia, e que a democracia estudantil só pode se estabelecer juntamente com a política revolucionária, que expresse os interesses dos estudantes e a unidade com o proletariado.

Quanto à questão da opressão, a esquerda petista se uniu ao PSTU na defesa das cotas para negros, que é uma medida que não chega a ser paliativa, pois se aplicada aos 2% da população que atinge a universidade representaria uma porcentagem insignificante de negros na universidade, ainda assim aquela que tem melhores condições econômicas. A maioria continuaria excluída. O POR contrapõe a defesa das cotas com a bandeira de vagas para todos, que depende da luta pelo fim do ensino pago (estatização) e dos vestibulares.

No final do encontro, a esquerda petista negou-se a realizar uma plenária de encerramento, chamando as delegações a embarcarem de volta. Isso pôs fim às pretensões do PSTU de fazer uma resolução conjunta pela sua sonhada frente de esquerda.

Modo petista de governar

A prefeitura petista de SP arrochou os salários do funcionalismo

Contou com a colaboração das direções sindicais

A novela do reajuste salarial de 7,41%, parcelado em três vezes (2% retroativo a maio; 2,62% em janeiro/2003 e 2,62% em janeiro 2004) terminou. A prefeitura petista finalmente conseguiu impor essa esmola ao funcionalismo. Isso num quadro de crise econômica profunda, de elevação da inflação, de alta do dólar e das tarifas públicas. Esses 2% e o abono nem farão diferença nos helerits quando vierem. Serão engolidos pelo aumento dos preços.

A verdade é que categoria rejeitou esse índice durante o ano todo. Porém não conseguiu compreender que precisava avançar no método de luta e ir à greve pelos 62% e demais reivindicações. Não conseguiu superar, portanto, as propostas das direções sindicais burocráticas, de realizar manifestações esporádicas para pressionar, ora a Secretaria de Gestão ora os vereadores da Câmara.

A maioria das direções sindicais pretendia fazer apenas uma disputa eleitoral. Mas quando o PT pressionou abandonou o movimento. Mesmo sozinho, o Sinpeem convocou e realizou a maior manifestação do ano. Mas também não propôs a greve naquele momento. Preferiu adiá-la e fazer as disputas eleitorais, tanto para a eleição sindical (que foi em agosto), como para a presidencial.

Assim as idéias burguesas penetraram mais ainda nas fileiras do movimento, que trocou até as manifestações pacifistas por ilusões eleitorais. Com tanto tempo desperdiçado e ilusão alimentada, o movimento só poderia amortecer e se dividir. A maioria dos trabalhadores foi arrastada pelas propagandas mentirosas dos

partidos burgueses, PMDB, PSDB, PPB, PT e pelo voto útil.

A prefeitura petista sabia do papel dessas direções, que no final abandonariam a luta e apoiariam o PT. Por isso a pressionou. Mas também apostou no desespero de uma parcela da classe, que acabou aclamando pelo abono de R\$ 300,00, mesmo parcelado em 3 vezes. Finalmente, com o movimento disperso o PCdoB e a nova direção do SINPEEM convocou uma parte da categoria para assistir a aprovação da proposta na Câmara. Tentou passar a idéia de que faria uma luta oposicionista, apresentando emendas ao projeto do PT e pedindo a cassação de Marta Suplicy. Dessa forma, ao mesmo tempo que procurava esconder a sua responsabilidade pela dispersão do movimento, pôde também conseguir adeptos à proposta que rebaixava a reivindicação original de 62,62% para 25% (e ainda parcelava em 3 vezes!).

Conclusão: a falsa luta parlamentar resultou no arquivamento do pedido de impeachment da prefeita, bem como, manteve os salários arrochados.

Agora, propõe cortar os salários

Mal votou o projeto dos 2%, a Secretaria de Gestão publicou em DO cortes no plano de carreira do funcionalismo. A partir desse mês os salários serão recalculados e pagos repetindo a emenda constitucional de 98. Ou seja, a Sexta-parte e os quinquênios não serão pagos sobre os vencimentos e sim sobre o salário base sem os adicionais.

A responsabilidade por mais esse

ataque aos trabalhadores é das direções sindicais. Elas sabiam que o PT queria mexer no plano de carreira, mesmo assim barganharam a esmola dos 2% em troca de não mexer no estatuto. Tudo foi acordado para não atrapalhar a candidatura Lula. Agora apavorados com essa medida, alegam que foram traídos e apelam para a Justiça contra a prefeitura e alguns estão convocando para mais um ato de protesto subordinado a esse objetivo.

Pela via jurídica os servidores serão novamente derrotados. Por isso é preciso fazer o enfrentamento ao governo com as armas próprias: a greve. É preciso romper com o pacifismo e o eleitoralismo. Chega de dar trégua e governabilidade aos reformistas, que mais uma vez estão mostrando que respeitam a lei que só favorece a burguesia e os banqueiros agiotas. Que cumprirá a Lei de Responsabilidade Fiscal e pagará a dívida cortando novamente os nossos salários.

O POR tem insistentemente defendido o caminho da greve. Denunciado o caráter do PT como um partido burguês e criticado o eleitoralismo das correntes. Combatido todas as manobras das direções e as propostas distracionistas que insistiam em rebaixar as reivindicações dos trabalhadores e substituir a luta nas ruas por pressão aos vereadores corrompidos.

A luta pelas reivindicações passa pela construção de uma fração revolucionária no movimento dos municipais, que consiga desenvolver o combate à burocracia direitista, reformista/estalinista e impulsionar a luta direta e o caminho da resistência grevista e da independência de classe.

A Volks exige a aplicação integral de seu plano de lucratividade

A matriz da Volks na Alemanha exige que a terceirização atinja também a ala 21 e que haja redução dos salários dos novos contratados. Isso quer dizer que a violenta terceirização acordada pelo sindicato metalúrgico do ABC não é suficiente para o plano de aumento de lucratividade da multinacional.

O objetivo é que a nova onda de terceirização alcance cerca de 2800 postos de trabalho, por isso a ala 21 não pode ficar de fora. Com a redução pretendida dos salários dos novos contratados, a Volks pisará mais forte nos empregos e salários. Não se deve esquecer que a Volks tem como meta a curto prazo demitir 3000.

Os trabalhadores não devem aceitar de forma alguma a terceirização

No Massas anterior publicamos o boletim *Nossa Classe* que chamou os operários a rejeitarem qualquer acordo de terceirização, redução de salário e de demissão. Mostrou que a terceirização é a porta da demissão e destruição de conquistas trabalhistas. E também que pela terceirização os capitalistas e a burocracia sindical dividem os trabalhadores. Agora, o problema está de volta. A resposta operária é: **Fora a terceirização, fora a redução salarial.**

É preciso preparar a fábrica para a greve

A multinacional vai pressionar a diretoria do sindicato a se ajoelhar diante da nova exigência. Ela já tinha se curvado com a proposta de novembro. A ala 21 foi retirada da terceirização porque os metalúrgicos do setor já vinham se mobilizando e poderiam fazer uma resistência que animasse o restante da fábrica a rejeitar o plano de lucratividade para a Volks e de desgraça para os operários.

Chegou a hora de dizer: **basta de destruição de postos de trabalho e de redução salarial.** O meio de defesa do emprego e do salário é a greve.

A política de negociação do sindicato só tem resultado em perdas para os assalariados. Não por acaso a direção sindical

petista faz um intenso trabalho em torno da idéia de que melhor perder uma parte do que perder tudo. Acontece que de parte em parte os metalúrgicos vêm perdendo tudo. O mais grave é que os trabalhadores têm recuado na capacidade de resistência aos ataques patronais.

A burocracia, unida ao patronato, atemoriza com a propaganda de que resistir com luta quebra o diálogo com a empresa e que assim será pior para os operários. Dessa forma, aplica a colaboração de classe e ajuda os patrões a imporem seu plano de lucratividade com o consentimento das assembleias manipuladas.

A defesa das reivindicações e da greve passa a ter uma enorme importância diante dos novos ataques. As experiências com as negociações entre direção sindical e a multinacional têm demonstrado que sem luta a vida dos operários está ameaçada.

Operários não devem concorrer com operários

Os metalúrgicos não devem entrar no jogo de disputa se o Tupi vai ser produzido no Brasil, Portugal, Espanha ou Eslováquia. Esse jogo está servindo para a terceirização e redução salarial. Os patrões da Volks querem colocar os operários desses países concorrendo entre si para ver quem mais aceita perdas trabalhistas e demissões.

Os sindicatos são chamados para esse jogo que só serve aos interesses da multinacional. Ao invés da diretoria do sindicato ir para a Alemanha pedir a bênção, deveria exigir uma reunião com os sindicatos de Portugal, Espanha, Eslováquia e de outros lugares para traçar uma política comum contrária ao jogo das demissões e terceirizações. **Operários não devem concorrer entre si. Operários devem se unir contra os patrões.**

Campanha geral contra a terceirização, demissão e redução salarial

Não há nada pior do que deixar o patrão demitir, terceirizar e reduzir salário sem lutar. Não há nada pior do que acei-

tar os acordos malditos e dizer no dia seguinte que foi uma vitória, como tem feito a burocracia petista. Não há nada pior do que ajudar a poderosa multinacional a lucrar ainda mais e desgraçar a vida dos operários. Não há nada pior do que se encolher e dizer que nada pode ser feito. Essa é a receita para a derrota sem luta da classe operária e a vitória sem esforço da classe capitalista.

Há saída sim. O sindicato deve convocar assembleias em todas as fábricas metalúrgicas do ABC e, em seguida, convocar a assembleia geral de todos os metalúrgicos. Isso para combater as demissões, terceirizações, reduções salariais e a reforma trabalhista. A capacidade de resistência aos ataques patronais está na força coletiva e, portanto, na unidade operária. Mas para unir todos os operários é preciso uma política operária.

Uma política operária para enfrentar os acordos malditos

O sindicato ou tem uma política operária ou tem uma política patronal. Não há meio termo. O meio termo é a mentira de que pela negociação sem luta os operários acabarão sendo favorecidos. Esse meio termo, na verdade, esconde a política patronal do sindicato. É a política que desmoraliza a classe operária porque faz com que essa aceite acordos malditos.

Os metalúrgicos devem dizer não à política dos acordos malditos. É preciso se organizar em torno da política operária. O que quer dizer, nesse momento, defender:

- 1) Rejeitar a terceirização, demissão, redução salarial e perdas trabalhistas;
- 2) Defender a redução da jornada de trabalho sem reduzir salário;
- 3) Reposição de todas as perdas salariais;
- 4) Readmissão dos demitidos;
- 5) Não à reforma trabalhista que elimina direitos e conquistas.

Companheiros, temos de exigir do sindicato:

- 1) Fim da política de negociação sem luta;
- 2) Convocação de assembleias em todas as fábricas e assembleia geral para enfrentar coletivamente o ataque patronal.

Encontro Operário

Prosseguimos publicando os textos do encontro operário do POR. A seguir, publicamos dois pontos sobre a caracterização internacional de desintegração do capitalismo e depois a parte final do texto, com os pontos sobre internacionalismo proletário e partido mundial.

O capitalismo atingiu seu mais alto grau de desenvolvimento na sua forma imperialista. Trata-se de sua fase superior e última, ou seja, a fase de decomposição. Caracteriza-se pela concentração monopolista dos meios de produção, domínio do capital financeiro, exportação de capitais e partilha do mundo entre as potências. O poder econômico e militar está nas mãos de uma minoria de países que saqueiam o mundo, mantêm no atraso a maioria das nações e impõem a fome crescente em todo o globo. As forças produtivas não têm como se expandir livremente, encontram-se encarceradas pelas relações de produção monopolistas. O desenvolvimento de alguns ramos logo se esgota e se converte em crise de superprodução. A extraordinária capacidade de produção choca-se com o estreitado mercado mundial. As fronteiras que dividem e separam os Estados Nacionais levantam-se contrapostas às forças produtivas altamente potenciadas. Ao mesmo tempo que o capitalismo mundial estabeleceu imprescindíveis laços de interdependência entre as nações, opõe uma às outras, aproxima-as e as afasta. Nesse sistema de contradições, as potências imperialistas agem como força desintegradora das nações oprimidas. Atuam por cima das fronteiras nacionais para assegurar os interesses dos monopólios e garantir o parasitismo financeiro. No mercado mundial, manifestam a aguda guerra comercial interimperialista e os obstáculos ao crescimento comercial dos países atrasados. Ressalta a contradição entre a opulência capitalista dos países imperialistas e a carência de desenvolvimento dos países semicoloniais. A fase última do capitalismo monopolista mostra a necessidade constante da burguesia para sistematicamente ampliar o saque das nações oprimidas e intensificar a exploração do trabalho.

As duas grandes guerras mundiais e o nazifascismo são as manifestações mais contundentes da época imperialista. Indicam que o capitalismo, para so-

breviver, obriga a burguesia a utilizar dos meios mais violentos e reacionários. Recorre à barbárie frente a sua crise histórica. Já não tem como fazer reformas e se utilizar amplamente do pacifismo como instrumentos de desenvolvimento das forças produtivas e contenção da luta de classes. A máscara do reformismo e do pacifismo não se sustenta frente à decomposição econômica e social. A fase imperialista é caracterizada pelo predomínio do totalitarismo e da violência reacionária. Em contraposição, o proletariado se despontou e desponta como a classe internacional capaz de pôr fim à barbárie por meio da revolução social. O imperialismo é a época da rebelião das nações oprimidas, do levante das massas exploradas e das revoluções proletárias. Guerras, revoluções e contra-revoluções constituem os fenômenos inerentes à época do capitalismo monopolista. Os retrocessos nas revoluções proletárias das últimas décadas, por meio da restauração capitalista, não modificam esse caráter da fase imperialista. Demonstram que se o proletariado não avança na revolução mundial acaba por ceder conjuntamente em conquistas históricas. A derrocada da Revolução Russa, sob a condução do Estado Operário pela burocracia estalinista, retarda a derrota da burguesia mundial, prolongando a agonia do capitalismo apodrecido. Se a restauração burguesa derruba os avanços da revolução socialista e dificulta ao proletariado a tarefa de eliminar a barbárie, não o impossibilita de retomar a via das transformações. As experiências acumuladas pelas revoluções é um patrimônio que o proletariado recorrerá para enfrentar as ofensivas imperialistas, que serão tão devastadoras à humanidade como foram as duas grandes guerras mundiais.

Parte final:

A conquista do poder político pelo proletariado implica enfrentar o capital imperialista. A burguesia nacional en-

contra-se entrelaçada com a burguesia internacional. Apesar das diferenças e dos interesses particulares, constituem uma única classe contra o proletariado. A burguesia imperialista tem seus interesses materializados no controle interno de parte da economia e atua por cima do país por meio do capital financeiro. De forma que a luta da classe operária se confronta diretamente com os capitalistas externos. O Estado e o governo asseguram o intervencionismo econômico dos monopólios e o parasitismo financeiro do grande capital estrangeiro. A luta contra a exploração do trabalho e a tarefa de expropriação do grande capital atingem frontalmente a extração de mais-valia e a acumulação de capital pelos monopólios. Rompem o domínio imperialista. Os interesses particulares do capital internacional, cravados na economia brasileira, se revestem dos objetivos históricos de defesa do capitalismo contra a revolução socialista. A derrota da burguesia nacional pelo proletariado quebra o elo do capitalismo mundial. A burguesia imperialista se encontra na posição de defender o capitalismo como ordem internacional. Age violentamente contra o levante revolucionário do proletariado em qualquer parte do planeta. Não admite nenhum rompimento do regime burguês, por mais insignificante que seja o país semicolonial no interior dessa ordem. Tem claro que a revolução iniciada numa determinado país tende a se projetar internacionalmente. Não é apenas seus interesses particulares que são afetados. A revolução, que começa nas fronteiras nacionais de um país, coloca no horizonte a destruição de todo o sistema capitalista de produção. Não por acaso que a luta do proletariado na semicolônia começa pelas tarefas democráticas de libertação nacional e só conclui com as tarefas socialistas. A combinação das tarefas democráticas com as socialistas impõe o entrelaçamento da luta antiimperialista com a anticapitalista. O proletariado, para enfrentar o domínio

do capital mundial, está obrigado a unificar a maioria nacional oprimida por meio de uma frente única antiimperialista. Trata-se da tática revolucionária apropriada aos países semicoloniais. É por meio dela que a classe operária, tendo à frente seu partido, desenvolverá a luta de classe contra o capital monopolista e enfrentará a reação interna do grande capital nacional. A frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa são meios do proletariado conquistar a maioria oprimida para destruir o poder burguês.

O objetivo estratégico de destruir o capitalismo e chegar ao comunismo constitui a essência do partido operário revolucionário. O instinto socialista do proletariado, que se manifesta na produção social, tem de se converter em estratégia de tomada do poder; de se transformar em programa da revolução e ditadura proletárias. O partido é o instrumento essencial para essa tarefa. Possibilita o instinto coletivo de revolta anticapitalista se entrecar com o movimento socialista. A fração do proletariado organizada no partido constitui o grau mais elevado de consciência de classe. Esse destacamento se forja no interior da luta de classe, construindo o programa e colocando-se por dirigir a revolta do proletariado. Assimila constantemente as experiências da luta de classes, transforma-as em teoria revolucionária e em programa. Encarna ferreamente o instinto revolucionário e o materializa na finalidade estratégica da revolução social. A organização de um destacamento da classe operária em partido político permite ao proletariado como classe consciente combater a burguesia e criar as condições para a tomada do poder. O proletariado e seu partido se soldam pelo programa, por sua organização e por sua ação. O programa da revolução e ditadura proletárias condiciona a natureza organizativa do partido e sua ação. O destacamento que se constitui em organização programática do proletariado se distingue pelo trabalho de transformar o instinto de revolta da maioria oprimida em consciência de classe e movimento revolucionário. É formado por militantes profissionais, que dominam o programa e dedicam toda sua vida à organização do proletariado para a revo-

lução. Organizam-se em células, atuam no seio dos explorados combinando o trabalho clandestino e aberto (ilegal e legal), interagem sob o regime do centralismo democrático, garantem o auto-financiamento do partido e encarnam a unidade entre teoria e a prática. Essas características são essenciais ao partido-programa; necessárias para realizar o trabalho de fusão entre o movimento instintivo das massas oprimidas com o movimento socialista. O Partido Operário Revolucionário (POR) incorpora como elemento essencial de seu programa a concepção leninista do partido.

A construção do partido, no Brasil, é parte da tarefa de reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista. Assenta-se no Programa de Transição da IV Internacional, bem como no Manifesto do Partido Comunista e nos fundamentos programáticos dos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista. O internacionalismo proletário está na base do programa do POR. A revolução no Brasil só poderá triunfar se se entrecar com a revolução mundial. A derrubada da burguesia em qualquer parte do mundo traz consigo a necessidade do proletariado internacional defendê-la por meio da revolução em outros países. O rompimento de um elo do capitalismo mundial introduz a contradição entre a propriedade coletiva dos meios de produção e a propriedade privada. A burguesia internacional se vê obrigada a restabelecê-lo por meio da contra-revolução. Não pode permitir que o proletariado internacional se apoie na conquista da revolução em um determinado país e a projete como via da emancipação geral de todos os explorados. A luta de classes tem particularidades nacionais, mas em qualquer de suas manifestações reflete a luta de classes mundial. A revolução por sua forma é nacional e por seu conteúdo é internacional. A tomada do poder pelo proletariado em um país se transforma em patamar para a revolução em outras latitudes. A burguesia atua para isolá-la e destruí-la. O "socialismo em um só país", como expressou o estalinismo na ex-URSS, constitui uma reação burguesa ao internacionalismo. A revolução e as transformações socialistas no modo de produção não podem ser contidas nas

fronteiras nacionais. Ao se romper as relações capitalistas de produção em um determinado país, liberta-se parte das forças produtivas da propriedade privada dos meios de produção e das fronteiras nacionais. Estas se chocam com as forças produtivas mundiais ainda sob o controle da burguesia internacional. Tal contradição será resolvida pelo desenvolvimento da revolução. O capitalismo é mundial e sua destruição histórica pelo comunismo só pode ser mundial. O programa do proletariado visa abolir as classes. A sociedade sem classes será alcançada pela mundialização do modo comunista de produção. O isolamento de uma revolução, por mais que se avance a socialização dos meios de produção, acabará sendo esmagada pelo poder mundial do capital. O internacionalismo proletário é incompatível com qualquer programa nacional. O Programa de Transição da IV Internacional corresponde à tarefa de construir o partido no Brasil, aplicando-o de acordo com as particularidades nacionais. O POR se constitui em seção do Partido Mundial da Revolução Socialista, que tem como embrião o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

A formação histórica do Brasil se entrelaça com a do continente latino-americano. Os países da América Latina, apesar do desenvolvimento ser desigual e guardar particularidades, se caracterizam como semicolônias. A opressão imperialista atua como obstáculo para o desenvolvimento de cada país e de seu conjunto. As fronteiras nacionais que os separam agem também como bloqueio às forças produtivas continentais. Os movimentos nacionalistas não puderam quebrar o domínio imperialista e eliminar as fronteiras nacionais. A tarefa de unidade latino-americana antiimperialista há muito foi colocada e mantém sua vigência. As tentativas de unificação, integração regional e livre cooperação foram abortadas pelos interesses mesquinhos das frações burguesas latino-americanas e, sobretudo, pelo intervencionismo do grande capital internacional. Ao contrário da cooperação, as frações mais fortes do capital semicolonial sempre procuraram tirar vantagens das demais nações do continente. O imperialismo se utiliza das rivalidades fronteiriças entre as semicolônias para

perpetuar a divisão e melhor saquear. Parte da burguesia semicolonial se encontra profundamente submetida ao domínio dos monopólios. Essa fração oligárquica comanda os Estados e atua como correia de transmissão da política mundial das potências. A tendência é do imperialismo reforçar seu intervencionismo econômico, político e militar por cima dos Estados latino-americanos. Os conflitos de interesses intercapitalistas geram crises, que expõem o atraso semicolonial, a drenagem de riquezas e a miséria das

massas. No entanto, a retomada constante de setores da burguesia e da pequena burguesia latino-americana de integração regional, para fazer frente às pressões desintegradoras do imperialismo, não tem como apresentar reais saídas para as forças produtivas enclausuradas. A libertação das forças produtivas e a superação do atraso latino-americano dependem do rompimento da opressão imperialista. A revolução no Brasil, ou em qualquer um dos países do continente, abrirá caminho para conquistar a unidade antiimperialis-

ta da América Latina. Somente o proletariado, apoiado nos demais oprimidos, tem condições de quebrar as travas do imperialismo e das fronteiras nacionais. A eliminação das heranças coloniais, do atraso semicolonial e da miséria crônica da maioria oprimida será obra da revolução proletária. O conteúdo mais acabado desse objetivo histórico é dado pela bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina, colocada pelo programa da IV Internacional. Seu sentido corresponde à revolução mundial.

Pontos sobre a Situação Nacional

1. A conjuntura no Brasil está marcada pelos seguintes fatores: a) agravamento da crise econômica, em decorrência das pressões e das tendências recessivas internacionais, condicionadas pela desintegração capitalista, e portanto há uma tendência à ofensiva capitalista contra as condições de vida das massas, com aumento da opressão nacional e social; b) aumento da divisão interburguesa, divisão da frente partidária que sustentou o governo FHC por 8 anos; c) eleição do governo Lula, baseada numa aliança do PT com partidos e frações dos partidos burgueses que apoiaram FHC (atingindo até a direita), e sob o aval do imperialismo, após se comprometer a cumprir todos os acordos firmados pelo governo FHC; d) compromisso político das organizações de massa no apoio ao governo Lula, rebaixando as reivindicações de forma a adaptá-las ao que foi oferecido por ele e participando da negociação de um pacto social; e) ampla expectativa popular com o governo Lula, depois de toda a demagogia eleitoral e de ampla insatisfação com as conseqüências da política econômica de FHC; f) ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas, capaz de ajudar as massas a assimilarem a experiência com o governo petista e rumarem para a revolução proletária. O POR ainda está em formação.

2. A ofensiva capitalista tem origem nas pressões do capital imperialista. O objetivo imediato do imperialismo é a implantação da Alca, desintegrando qualquer proteção à economia nacional, impondo a desregulamentação das relações do trabalho, destruição de serviços

sociais públicos, resultando na ampliação da exploração do trabalho, submissão nacional e destruição de direitos, em benefício do grande capital internacional. A crise mundial tem avançado apesar das manobras do governo norte-americano de atenuação das tendências recessivas. A impossibilidade de crescimento de sua fatia de comércio no mercado mundial, o agigantado parasitismo das dívidas externa e interna e as tendências recessivas pressionam a economia brasileira para baixo e colocam a quebra (falência) do Estado. Os mecanismos artificiais de contenção da inflação e sobrevalorização do real se esgotam, a instabilidade da moeda se impõe, compondo um quadro de aumento do arrocho salarial pela corrosão inflacionária e de explosão do endividamento público, vinculado ao dólar. A conseqüente elevação da taxa de juros anula as possibilidades de financiamento, e com elas de crescimento da produção e consumo. A crise capitalista e as manobras artificiais de contenção momentânea da crise aumentam as contradições e criam terreno propício para crises mais violentas no futuro.

3. É o avanço da crise que fez ruir as bases de sustentação política do governo FHC. As frações da burguesia nacional, totalmente impotentes diante das pressões do capital internacional, degladiam-se em disputa pela sobrevivência como sócios menores do patrão imperialista, diante dos passos que dá a crise econômica. As poucas bravatas que fizeram frações exportadoras diante das imposições da Alca, de se tornarem encabeçadoras de um movimento lati-

no-americano de negociação diante das pressões norte-americanas, foram caladas depois do repique da crise, que levou o FMI a intervir com 30 bilhões de dólares. Essa "ajuda" se tornou em ponto de barganha do imperialismo, e deixou os capitalistas nacionais submetidos e ainda mais impotentes diante da potência. Mas a divisão interburguesa teve ainda outras conseqüências: depois de algumas tentativas (Roseanna Sarney, Ciro Gomes, José Serra), a burguesia não conseguiu projetar nacionalmente uma candidatura que pudesse expressar alguma unidade no sentido de formar o governo sucessor de FHC. Somou-se a essa divisão o descontentamento popular com o agravamento da crise econômica e a piora geral nas condições de vida e trabalho. Configurada a tendência eleitoral no sentido de Lula, assim que este se comprometeu com as imposições do imperialismo e obteve seu aval, iniciou-se um amplo processo de deslocamento de frações burguesas para sua candidatura.

4. As eleições se deram nesse quadro e com a projeção de 3 candidatos de oposição contra um governista, que mesmo assim tudo fez para dissociar sua imagem da de FHC. Houve uma grande mobilização eleitoral, com gastos milionários (as principais candidaturas declararam gastos de mais de 30 milhões de reais), a participação das igrejas, a mobilização dos aparatos sindicais e populares, intensa propaganda em todos os meios de comunicação. O poder econômico conseguiu projetar e manipular o descontentamento popular, apontando-o para a candidatura presidencial, e

mantve sob suas rédeas o desenlace das eleições estaduais e parlamentares, elegendo a grande maioria dos governadores, nos estados mais importantes e populosos e mantendo a maioria parlamentar. As massas foram arrastadas para as urnas, o número de votos brancos, nulos e abstenções caiu significativamente. Reforçaram-se as ilusões eleitorais, principalmente no reformismo petista. A campanha do PT se deu sob a linha dos compromissos, primeiro com o imperialismo e depois com grande parte das frações burguesas. Não atacou o governo FHC e preparou terreno para uma transição sem quebra de continuidade nas políticas centrais do governo neoliberal.

5. O governo Lula, antes de assumir, já afirmou claramente as linhas centrais de sua política: preservação dos acordos e compromissos firmados pelo governo FHC, manutenção da essência da política neoliberal, aplicação das reformas que o governo anterior não conseguiu levar adiante, constituição de um pacto social para viabilizar a realização dessas reformas com o submetimento antecipado das massas aos exploradores, constituição de câmaras setoriais para negociar políticas de benefício à exploração capitalista. O governo constituído a partir de uma aliança com setores da burguesia começa a saldar seus compromissos anunciando políticas burguesas, pró-imperialistas e antipopulares. Já renegou algumas de suas promessas de campanha, manterá o salário mínimo miserável (preservará a superexploração do trabalho) e rejeitou o reajuste do funcionalismo. Desde a campanha eleitoral, tem declamado que respeitará e protegerá o latifúndio, submetendo a reforma agrária à chamada "legalidade" e "institucionalidade". Mas ainda conta com imensa expectativa da população descontente com o governo FHC e esperançosa de um governo dito de oposição e identificado como "popular".

6. As organizações de massa, controladas pelo reformismo ou pela burocracia direitista, anunciam aos quatro ventos ou de forma enrustida o apoio ao governo Lula. Trata-se de um grave acontecimento, pois o apoio ao governo capitalista implica no rebaixamento antecipado das

reivindicações das massas, sob o pretexto de não "atrapalhar" o governo "popular", ou não ficar na oposição "junto com a direita". O atrelamento político das organizações de massa ao governo é um grande reforço no bloqueio imposto pelas burocracias dirigentes à unidade, centralização e radicalização dos movimentos. Concretizado, ajudará a ofensiva dos capitalistas contra as massas, que não poderão contar com suas próprias organizações na tarefa de unificação.

7. O pacto social é central na política do governo Lula. É condição para cumprir os compromissos de campanha firmados com o capital nacional e internacional. O pacto é a concretização da anulação da luta das massas, de aceitação das imposições dos capitalistas e do aumento da exploração e opressão em benefício da burguesia. O apoio das organizações de massa ao governo é a aceitação antecipada da política do "apertem os cintos", de rebaixamento das reivindicações das massas, para a realização da conciliação de classes. A luta contra o pacto social é a questão imediata de maior importância para a vanguarda revolucionária. Trata-se da defesa das condições mais elementares de existência e trabalho das massas, contra a sua traição pelas direções, que se dá pelo pacto social, pelo rebaixamento das reivindicações, pela conciliação de classe, pelo apoio ao governo Lula. É tarefa dos revolucionários lutar para que as organizações sindicais e populares não dêem nenhum apoio ao governo Lula, que rejeitem o pacto social, que não participem de suas negociações, que cumpram o papel elementar de defesa das reivindicações das massas ao governo e aos capitalistas.

8. É evidente que a expectativa popular diante do novo governo é grande e que isso deve ser levado em conta pelos revolucionários para elaboração da política proletária. As promessas de Lula às massas não podem ser desprezadas. Trata-se de defender no interior dos movimentos que o governo atenda às reivindicações das massas e cumpra as promessas. Dessa forma, será possível ajudar as massas, a partir da luta pelas suas reivindicações mais sentidas, a assimilar a experiência com a traição do governo Lula, que certamente se dará, diante de seus compromissos com o im-

perialismo e a burguesia nacional. Nesse sentido é que devemos defender uma plataforma de reivindicações, que parta da defesa do salário e emprego, passe pela defesa dos direitos trabalhistas e dos serviços sociais públicos, combata as privatizações e exija a reestatização, coloque-se ao lado dos sem-terra para defender a continuidade das ocupações de terra e a entrega das terras aos famintos, formule a luta pelo não pagamento da dívida externa, contra a Alca e pelo conjunto das reivindicações antiimperialistas, pela constituição da frente única antiimperialista. Que as organizações de massa discutam e aprovelem essa plataforma nas assembléias de base e que organizem a luta unificada.

9. A ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas é um fator de extrema importância na situação. Os revisionistas do marxismo, cheios de desespero pequenoburguês, lançam a bandeira de construir imediatamente uma alternativa política e partidária dos trabalhadores. Apregoam a necessidade de juntar toda a esquerda, desde a petista até a não petista. O problema da construção do partido não é organizativo, e sim histórico. A construção do programa da revolução proletária depende inclusive do combate político a todas essas correntes e organizações, que expressam no interior do movimento as pressões das classes burguesa e pequeno-burguesa. As massas estão pagando pela ausência de tradição revolucionária no país, pela traição histórica e falência do estalinismo contra-revolucionário, pela impotência e incapacidade das correntes trotskistas que se construíram até aqui, pela ausência de um partido mundial da revolução socialista. As tarefas colocadas pela história continuam em pé: trata-se de construir o programa, a partir da experiência histórica do proletariado mundial, e da aplicação do socialismo científico à realidade nacional. Se a ausência de tradição revolucionária e domínio das correntes reformistas têm sido obstáculos para isso, a constituição do governo Lula e o acerto das colocações e prognósticos feitos anteriormente pelo POR ajudarão a abrir o caminho na conjuntura atual. Permitirão acelerar o passo no caminho da construção do partido revolucionário no país e do partido mundial.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques contrapondo-se à tentativa de organização dos foquistas do período, que se colocavam contra a intervenção nos sindicatos.

Questões de Organização II – Teoria Contrária à Intervenção nos Sindicatos (1ª parte)

O esquerdismo infantil, magistral e causticamente analisado por Lênin, não quer manchar sua mão intervindo nas organizações onde não existam marxistas puros. No seio do POR ocorreu uma expressão infantil muito curiosa, esta foi protagonizada pela direção do período cochabambino.

A linha oficial do partido era isolacionista e os que se empenhavam para ir ao encontro das massas foram obrigados a se colocar na oposição. A direção qualificava de aventureirismo toda tentativa de se intervir nos sindicatos, com o argumento de que as massas bolivianas, particularmente o proletariado, eram tão incipientes, que não podíamos esperar que elas viessem a

lutar em defesa de seus próprios interesses ou de compreender o programa trotskista. O infantilismo nativo se apresentou com uma extrema chatice, a ponto de ninguém querer discutir o problema teoricamente. A mediocridade chegou ao ponto de sustentar que a teoria revolucionária deveria ser zelosamente guardada, para uso exclusivo dos iniciados, a fim de que dela não se aproveitassem os adversários, particularmente o estalinismo. Todos os documentos que tinham alguma relação com a linha trotskista foram tirados de circulação. É o exemplo clássico de como uma organização propagandista se transforma numa camarilha inoperante. O Partido, ao fechar suas portas para as tempestuosas correntes que estremeciam o país, fechava também suas portas para possíveis novos militantes e voluntariamente se auto-eliminava do cenário político. A direção deste período pregava um puritanismo ao extremo e disse que era preciso evitar todo o contato com militantes de outros partidos para assim evitar o risco de contaminação por ideologias heréticas ou que roubassem nossas verdades transcendentais.

A luta ideológica contra a degeneração infantil, felizmente, foi exitosa, pois hoje no Partido não encontramos o mínimo sinal dela. Achamos ser oportuno pontualizar os principais ensinamentos desta experiência:

A) O partido que pretende – esta é sua missão central – colocar-se à cabeça das massas para educá-las não tem outro remédio senão tomá-las como elas são, com suas limitações, defeitos e ilusões. É dever elementar e irrenunciável dos mi-

litantes e, portanto, do partido, intervir nas organizações de massas em geral e não só nas operárias, ainda que o núcleo trotskista só possa fazer um trabalho propagandista e que, neste caso, o trabalho partidário fique limitado. O programa da IV Internacional assinala corretamente que militar no partido é incompatível com o isolamento voluntário frente às massas (sindicatos, etc.). Pouco importa que estas organizações estejam dominadas por tendências não marxistas. O revolucionário tem o dever de penetrar nelas e de trabalhar em favor de seu programa.

B) A intervenção nos sindicatos e em toda organização massiva coloca os militantes poristas diante da necessidade de entrar em contato com elementos dos outros partidos e também dos que se dizem apolíticos, de fazer acordos temporários que obriguem a uma ação comum. Isto é o que mais irrita os sectários que tão incansavelmente apregoam um falso puritanismo. Quando nos relacionamos com os lechinistas (Lechin dirigente de esquerda do Nacionalismo) da Federação Mineira, na década de 40 e conseguimos que trabalhassem conosco pela linha de nosso programa (não poderiam existir condições mais favoráveis para o crescimento da influência política do partido e o trabalho organizativo no seio das massas), os sectários, os mesmos que depois vão se ajoelhar aos pés do Sr. Lechin, reprovaram tal conduta, porque, segundo eles, significava nada mais nada menos do que a realização de um pacto político com o nazifascismo.

Vanguarda não responde

O grupo Vanguarda tem atacado sistematicamente o POR boliviano e o POR brasileiro a serviço da seita argentina dirigida por Gamboa. Em nossas respostas mostramos que a Vanguarda e o grupo de Gamboa não se relacionam sobre a base de princípios. Gamboa assumiu as críticas da LBI contra a Vanguarda. Entretanto esta não esclareceu tais divergências do passado. Gamboa admitiu posições da LBI contrárias à tática da frente única antiimperialista. A Vanguarda tinha outra posição. Até hoje não

foram esclarecidas tais posições. Diante do ataque terrorista de 11 de setembro, a Vanguarda considerou progressista e elaborou a tese de um terrorismo progressista. O grupo de Gamboa considerou o ataque reacionário. Até hoje não vimos no jornal Vanguarda o esclarecimento de posições tão opostas.

O POR fez uma série de críticas à sua política para a universidade, mostrando pontos bem específicos de defesa da Vanguarda da "autonomia universitária" constitucional. A Vanguarda não

respondeu. Mas a Vanguarda quer fazer novela sobre a polêmica de segurança em torno do uso indevido de correspondência com o POR boliviano. O que a Vanguarda deveria fazer é esclarecer publicamente como pode servir à política de Gamboa se não se unificam sobre a base de princípios. Que a Vanguarda diga se duas correntes que usam caracterizações opostas sobre o método terrorista - uma que considera progressista e a outra reacionário - estão ambas no campo do marxismo.

85 anos da Revolução Russa

O POR continua aqui sua série de artigos que mostram as primeiras medidas tomadas pelo governo revolucionário de 1917. A assimilação da experiência da revolução russa é parte da luta em defesa da construção da revolução socialista mundial. A publicação desses artigos é parte da luta do POR em defesa da Revolução Russa e de seus ensinamentos.

Informe sobre a Terra (26 de outubro (8 de novembro))

Afirmamos que a revolução tem provado e demonstrado o quanto é importante colocar com clareza o problema da terra. A eclosão da revolução armada, da segunda revolução, a de outubro, prova claramente que é preciso entregar a terra aos camponeses. O governo que foi derrubado e os partidos conciliadores dos mencheviques e esserristas cometeram um crime ao retardar, com diversos pretextos, a solução do problema da terra, e com isso levaram o país ao caos econômico e a um levante camponês. Suas palavras sobre programs e anarquia no campo soam falsas, covardes e enganosas. Quando e onde os programs e a anarquia têm sido provocados por medidas sensatas? Se o governo tivesse atuado de um modo sensato e se suas medidas tivessem respondido às necessidades dos camponeses pobres, teria existido inquietude entre as massas camponesas? Mas todas as medidas do governo, aprovadas pelos soviets de Avxéntiev e Dan, eram dirigidas contra os interesses dos camponeses e os obrigavam ao levante.

Depois de provocar o levante, o governo começou uma gritaria sobre programs e anarquia, perante os quais ele era o único responsável. Queria reprimi-la a sangue e fogo, mas ele mesmo foi varrido pela insurreição armada dos soldados, dos marinheiros e os operários revolucionários. O governo da revolução operária e camponesa deve resolver, em primeiro lugar, o problema da terra que levará a tranqüilidade e dará satisfação às grandes massas de camponeses pobres. Leremos os artigos do decreto que deve promulgar nosso governo dos soviets. Em um dos artigos deste decreto foi incorporado o mandato dos comitês agrários, elaborado sobre a base dos 242 mandatos dos soviets locais de deputados camponeses.

Decreto sobre a terra

1) Fica abolida no ato, sem indenização alguma, a propriedade latifundiária sobre a terra;

2) A propriedade assim como todas as terras da coroa, dos mosteiros e da igreja, com todo o seu rebanho, o conjunto de ferramentas da lavoura, construções e todos os seus pertences serão postos à disposição dos comitês agrários das comarcas e dos soviets de deputados camponeses de distrito, até que se reúna a Assembléia Constituinte.

3) Qualquer dano ocorrido aos bens confiscados, que desde este momento pertencem a todo o povo, será considerado um grave delito, que será castigado pelos tribunais revolucionários. Os soviets de deputados camponeses do

distrito adotarão as medidas necessárias para assegurar a ordem mais rigorosa durante o confisco das propriedades dos latifundiários, para determinar a extensão das propriedades e precisar aquelas que devem ser confiscadas, para realizar um inventário exato de todos os bens confiscados e para proteger com o maior rigor revolucionário todas as explorações agrícolas transferidas ao povo, com todas as construções, instrumentos de lavoura, gado, provisões etc;

4) Para a realização das grandes transformações agrárias, para que a Assembléia Constituinte tome uma resolução definitiva, deve servir de guia em todas partes o seguinte mandato camponês, preparado pela Redação de *Izvestia do soviet de deputados camponeses de toda Rússia* sobre a base dos 242 mandatos camponeses locais, e publicado no número 88 do dito jornal (Petrogrado, nº 88, 19 de agosto de 1917)

Mandato camponês sobre a terra

O problema da terra, em toda sua extensão, somente pode ser resolvido pela Assembléia Constituinte Nacional.

A solução mais justa do problema da terra deve ser a seguinte:

1) Será abolido para sempre o direito de propriedade privada sobre a terra; a terra não poderá ser vendida, comprada, arrendada, hipotecada ou alienada de forma alguma.

Todas as terras: do Estado, da coroa, de instituições oficiais, dos mosteiros, da igreja, terras de posseção dos morgadios, de propriedade privada, públicas, e dos camponeses etc serão confiscadas sem indenização, e se converterão em propriedade de todo o povo e passarão a ser usufruídas por aqueles que trabalham.

Às pessoas que sejam afetadas por essa transformação do regime de propriedade, se lhes reconhecerá o direito ao socorro público somente durante o tempo necessário para a adaptação às novas condições de vida.

2) Todas as riquezas - minerais, petróleo, carvão, sal etc - assim como os bosques e as águas de importância nacional, serão usufruídas com caráter exclusivo pelo Estado. Todos os pequenos rios, lagos, bosques etc serão usufruídos pelas comunidades rurais e serão administrados pelos organismos de governo local autônomo.

3) As terras nas quais se pratica uma agricultura de alto nível técnico: hortos, plantações, viveiros de plantas e animais, invernadas, campos etc não serão divididos, mas convertidos em fazendas modelo e entregues, para usufruto exclusivo, ao Estado ou às comunidades rurais, segundo a extensão e importância das ditas terras.

Os terrenos que rodeiam as casas, nas cidades e nas alde-

ias, com seus jardins e hortas ficarão reservados ao uso de seus atuais proprietários, devendo estabelecer-se por lei a extensão dos prédios e o imposto a pagar por seu usufruto.

4) Os criadores de cavalos, gado, aves de corte de raça, do governo ou privados, serão confiscados e se converterão em propriedade de todo o povo e passarão ao usufruto exclusivo do Estado ou das comunidades rurais, segundo sua extensão e importância.

O problema da indenização será examinado pela Assembléia Constituinte.

5) Todo o gado e os instrumentos de lavoura dos fundos confiscados passarão, sem indenização, ao uso exclusivo do Estado ou das comunidades rurais, segundo sua extensão e importância.

Os instrumentos de lavoura dos camponeses com pouca terra não serão confiscados.

6) O direito ao usufruto da terra será acordado a todos os cidadãos (sem distinção de sexo) do Estado russo, que desejam cultivá-la com suas próprias mãos, com a ajuda de suas famílias ou em sociedade com outras, mas somente enquanto estão em condições de cultivá-la. Não se permite o emprego de trabalho assalariado.

No caso de incapacidade física ocasional de qualquer membro da comunidade rural que se prolongue durante dois anos, a comunidade rural deverá ajudá-lo durante esse período, cultivando coletivamente sua terra, até que possa voltar a trabalhar.

Os camponeses que por sua avançada idade ou sua má saúde estão permanentemente incapacitados e não podem cultivar a terra pessoalmente, perderão o direito a usufruí-la mas receberão em troca uma pensão do Estado.

7) O usufruto da terra deve ser igualitário, isto é, a terra se repartirá entre os trabalhadores com regra a uma norma de trabalho ou a uma norma de consumo, de acordo com as condições locais.

Não terá absolutamente nenhuma restrição nas formas de usufruto da terra: familiar, fazenda, comunal ou cooperativa, segundo o que decidirem as distintas aldeias e povoados.

8) Ao ser alienada, toda a terra passará a fazer parte do fundo agrário nacional. Sua distribuição entre os trabalhadores correrá por conta dos organismos do governo autônomo local e central, desde as comunidades rurais e urbanas, democraticamente organizadas, naquelas que não existem diferenças de estamentos, até as instituições regionais centrais.

O fundo agrário será objeto de redistribuições periódicas, de acordo com o crescimento da população e com a elevação da produtividade e o nível técnico da agricultura.

No caso de modificar-se os limites das parcelas, o núcleo original ficará intacto.

A terra dos membros da comunidade que a abandonam voltará ao fundo agrário. Se dará direito preferencial sobre essas terras aos parentes mais próximos dos membros que a abandonam ou a pessoas designadas por estes últimos.

O custo dos abonos e das melhorias (melhorias radicais) introduzidas na terra, na medida em que não tenham sido totalmente aproveitados, ao ser devolvida a parcela ao fun-

do agrário, será compensado.

Se o fundo de terras disponíveis, em um distrito determinado, não for suficiente para cobrir as necessidades da população local, se realocará terras em outro lugar para o excedente de população.

O Estado deve ser responsável pela organização dessa realocação assim como dos gastos que origine e dos gastos da provisão de ferramentas da lavoura etc.

A realocação se fará da seguinte ordem: camponeses sem terra que a desejem, em seguida os membros indesejáveis, os desertores etc e, finalmente, por sorteio ou acordo.

Declara-se lei provisória o conteúdo íntegro deste mandato, que expressa a vontade absoluta da imensa maioria dos camponeses com consciência de classe de toda a Rússia. Esta lei será aplicada até a reunião da Assembléia Constituinte, o mais rápido possível, e, em algumas de suas partes, com o caráter gradual que imponham as circunstâncias, coisa que deverão determinar os soviets de deputados e camponeses do distrito.

9) Não se confiscam as terras dos camponeses e cossacos comunais

Ouçam aqui vocês na sala, que dizem que o decreto e o mandato tem sido redigidos pelos socialistas revolucionários. Que importa? Não interessa quem os tenha redigido; como governo democrático, não podemos ignorar a decisão das massas populares, ainda que possamos não estar de acordo com ela. No jogo da vida, ao aplicar o decreto na prática, ao colocá-lo em execução em cada localidade, os próprios camponeses verão onde está a verdade. E ainda que se os camponeses continuarem seguindo os socialistas revolucionários, ainda que dêem a este partido a maioria na Assembléia Constituinte, continuaremos dizendo: que importa? Não existe melhor mestre do que a experiência e é ela demonstrará quem tem razão. Que os camponeses resolvam este problema por um lado e nós o resolveremos por outro. A experiência nos obrigará a juntarmos na corrente comum da atividade criadora revolucionária, na elaboração de novas formas de Estado. Devemos nos guiar pela experiência; devemos conceder plena liberdade ao gênio criador das massas populares. O antigo governo, derrubado pela insurreição armada, pretendia resolver o problema da terra com o concurso da velha e invariável burocracia czarista. Mas em lugar de resolver o problema, a burocracia não fez senão combater os camponeses. Os camponeses aprenderam algo nesses oito meses de nossa revolução e querem resolver por si mesmos todos os problemas da terra. Por isso, nos pronunciamos contra toda emenda a este projeto de lei. Não queremos entrar em detalhes, porque estamos elaborando um decreto e não um programa de ação. A Rússia é grande e as condições locais são diversas. Confiamos em que o próprio camponês saberá, melhor do que nós, resolver o problema com acerto, como é devido. Não é essencial que façam de acordo com nosso programa ou com o dos eseristas. O essencial é que o campesinato tenha a firme segurança de que não há mais latifundiários no campo; Que os camponeses resolvam eles mesmos todos os problemas e organizem eles mesmos sua própria vida!

Iraque: as manobras de Saddam não evitarão a guerra

O Iraque aceitou todas as imposições da ONU para vistoriar o país. O organismo manipulado pelo imperialismo busca pretextos para justificar a ofensiva militar ianque contra o país atrasado, mas rico em reservas e produção de petróleo.

A inspeção da ONU tem vasculhado e não encontra nada. Para o imperialismo, isso não importa. Com ou sem o pretexto, os EUA são impulsionados pela crise econômica a iniciarem uma ofensiva bélica contra o Iraque. É questão de dias. O imperialismo necessita obter controle absoluto sobre a produção do petróleo e desovar

seus estoques de armamentos, a fim de estimular esse setor da economia.

A política proletária diante dessa ofensiva é a da defesa da autodeterminação dos povos, armamento das massas e luta anti-imperialista, que levam à revolução proletária.

Quer dizer se colocar incondicionalmente ao lado do Iraque contra os EUA, rechaçar qualquer ingerência externa no país, apontar que o governo burguês nacionalista de Saddam Hussein não será capaz de enfrentar conseqüentemente o imperialismo e defender o armamento das

massas, para que sejam capazes de expulsar o agressor e realizar a revolução proletária.

Defender que o proletariado e as massas do país agressor se mobilizem contra a guerra, com manifestações, boicotes, greves etc.

A derrota do imperialismo no Oriente Médio o enfraquecerá nos seus intentos de ofensiva mundial; a sua vitória o fortalecerá nesse caminho, o que afetará todos os explorados do mundo, inclusive aqui, onde os ianques pretendem impor a Alca e seus planos antinacionais e antipopulares.

Bolívia: Vivo Rojo Assinala o Caminho Correto

A Tendência Revolucionária das Forças Armadas é uma corrente castrense marxista que diz ser constituída por sargentos, sub-oficiais e jovens oficiais. Ela é provavelmente revolucionária, nunca se manchando com a politicagem que tanto serve à burguesia nacional como à imperialista.

Suas bases ideológicas (seu programa) surgiram em 1984, nelas podemos ler:

“Façamos nossa a finalidade estratégica da classe operária e nosso seu programa revolucionário que parte do pressuposto que o novo Estado operário estatizará, em nome de toda a nação, os meios de produção e planificará toda a economia, o que permitirá que as tarefas democráticas sejam plenamente cumpridas e que estas se transformem em socialistas”.

Esta tendência publica regularmente seu jornal que ostenta o rótulo de “VIVO ROJO”.

Reproduzimos o texto de um boletim que a mencionada fração marxista fez circular no “Dia das Forças Armadas”, cujo conteúdo revolucionário e radical é bem

perceptível.

Mensagem ao Dia das FFAA

Enquanto os gringos invadem e pisoteiam nosso país com suas botas sujas, o alto mando de lacaios do imperialismo nos fazem desfilar para cantar glórias à soberania nacional.

O governo MIR-ADN e o alto mando militar são incapazes e traidores, porque permitem aos norte-americanos converterem a Bolívia em colônia, em lixeira atômica e em base militar ianque.

Nós, os soldados revolucionários juntamente com o povo boliviano, calaremos com as armas na mão os parlamentares, os politiquinhos e o alto mando, serviços do imperialismo.

Morra a privatização que entrega nossas riquezas às multinacionais e que mata a saúde, a educação e a defesa nacional!

Não queremos as forças especiais ianques nem nenhuma merda que eles nos mandem!

Lutamos pelo Governo Operário e Camponês!

Durante a parada militar o povo deve dizer as seguintes palavras de ordem:

Unidade de operários, camponeses, povo e soldados revolucionários para:

Paralisar o país, impedir as privatizações e a destruição das empresas estatais, da saúde e da educação.

Expulsar as tropas ianques e as multinacionais.

Impedir a destruição da coca e o remanejamento nas forças armadas.

Viva os soldados, sargentos, sub-oficiais e oficiais patriotas!

Morra a cúpula militar vende-pátria! Nossa moral não se levanta com desfiles, mas lutando contra o imperialismo e seus lacaios.

Expulsar o alto mando pró-ianque e as missões militares estrangeiras!

Bolivianizar as Forças Armadas!

(Extraído do Masas boliviano nº 1825 de outubro de 2002)

O drama na Venezuela é a crise de direção

A Venezuela tem sido palco de mobilizações e confrontos de rua entre chavistas e não chavistas. O governo Chaves, após tomar limitadas medidas de caráter nacionalista, passou a ser alvo de uma ofensiva por sua destituição, que chegou até mesmo a praticar um golpe fracassado.

A disputa expressa uma divisão no interior da burguesia venezuelana, entre duas frentes: uma mais abertamente pró-imperialista e a outra que pretende limitar a submissão ao imperialismo, particularmente quanto à questão da exploração do petróleo. Essa divisão interburguesa arrastou as massas, que também se dividiram. Os petroleiros, dirigidos por uma burocracia vendida ao

imperialismo, encabeçam a luta pela deposição de Chaves e restituição dos direitos das multinacionais em relação ao petróleo. Setores camponeses e mais empobrecidos apóiam Chaves pelas medidas tomadas em relação à propriedade da terra.

O imperialismo tem impulsionado a pressão contra Chaves, pelos mesmos motivos pelos quais realiza uma ofensiva bélica sobre o Oriente Médio: a desintegração capitalista obriga o imperialismo a buscar um controle absoluto sobre as fontes de matérias-primas, em particular o petróleo, constituindo governos títeres, absolutamente manipulados pelo capital imperialista. Não pode admitir qualquer traço de

nacionalismo, mesmo que submisso. É isso que pretende na Venezuela: substituir Chaves por um governo totalmente manipulado.

O maior problema para as massas que saem às ruas e se confrontam é a ausência de um partido revolucionário, capaz de orientar a luta antiimperialista e anticapitalista. O partido revolucionário poderia desenvolver a tática da frente única antiimperialista e com ela se opor ao imperialismo e à burguesia nacional, que se fantasia de nacionalista. Ao colocar a política da classe operária, ajudaria as massas a impedir as pretensões dos EUA e a superar as ilusões no governo Chaves, caminhando para a revolução proletária.